



Confederação da Agricultura
e Pecuária do Brasil

Informativo

UNIÃO EUROPEIA

Edição 36 - Setembro de 2016

twitter.com/SistemaCNA
facebook.com/SistemaCNA
instagram.com/SistemaCNA

www.cnabrazil.org.br
www.canaldoprodutor.tv.br

Mercosul e União Europeia realizarão nova rodada de negociação visando obter um acordo de comércio

Entre 10 e 14 de outubro, no âmbito do Comitê de Negociações Birregionais, negociadores do Mercosul e da União Europeia (UE) retomarão mais um ciclo de negociações visando um Acordo de Comércio entre ambos os blocos. Na mesa estarão as propostas de acesso a mercados, que foram trocadas há cinco meses pela Comissária de Comércio, Cecilia Malmström, e pelo ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Rodolfo Nin Novoa, que detinha a presidência pró-Tempore do Mercosul.

Depois de doze anos de estagnação e nenhum avanço significativo, o Mercosul, cujos países membros estão mais alinhados no discurso e nas intenções de ampliar o acesso a outros mercados, manifestam nova vontade política em negociar e dar flexibilidade para que os diálogos sejam proveitosos. A União Europeia, por sua vez, que começou com um discurso de insegurança em relação ao preparo e as intenções do Mercosul, enfrenta agora uma rejeição gigantesca em relação a acordos comerciais, e precisa mostrar serviço. Ou seja, o cenário pode ser favorável.

Do lado europeu, o negociador chefe da União Europeia para o Mercosul não será mais o alemão, Rupert Schlegelmilch. Ele foi nomeado para o posto de Embaixador à frente da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em Paris. Ele não participará nem da primeira rodada de negociação. Para o Mercosul a mudança representa perda importante.

Embora estivesse na defesa de interesses da União Europeia, Rupert vem de um

país favorável a um acordo e cujo Chanceler, Angela Merkel, esteve no Brasil no ano passado para pedir a retomada das negociações. Quem assume seu posto é a italiana, Sandra Gallina, atual diretora da Direção-Geral de Comércio para África, Caribe e Pacífico. Resta esperar para ver qual direção será seguida.

Nos últimos cinco meses, ambos os lados avaliaram as propostas recebidas, fizeram pontuações, incluíram possíveis mudanças a serem discutidas e agora sentam frente a frente para começar o processo de negociação. A Comissão Europeia ofereceu 91,5% de acesso ao mercado, mas retirou as cotas de exportação para carne bovina e etanol, produtos sensíveis para o mercado europeu e fundamentais para o Mercosul. O Mercosul colocou na mesa 87% de acesso direto ao seu mercado sem tarifas. As ofertas em si não satisfizeram negociadores em nenhum dos lados.

Em uma reunião em Nova Iorque, ainda em setembro, por ocasião da Assembleia Geral das Nações Unidas, os líderes do Mercosul concordaram ser necessário fortalecer o comércio com a UE e, diante disso, irão pressionar para que haja um acordo de livre comércio. O bloco sul-americano alcançou progressos. Segundo o presidente uruguaio, Tabaré Vázquez, uma parte dos produtos destinados ao acesso ao mercado sem tarifas já poderia passar de 87 para mais de 90%, o que cumpriria uma das exigências dos europeus: de começar a discussão com a garantia de 92% de acesso. Há mais de 9 mil itens tarifários para serem negociados entre os dois blocos.

Otimistas de ambos os lados afirmam que há espaço para diálogo, mesmo com toda a contrariedade que potên-

cias como a França e a resistente Irlanda possam oferecer. Além disso, dentro da própria Comissão Europeia, o Mercosul tem defensores. Em Madrid, por exemplo, também em setembro, um debate realizado entre funcionários da Direção-Geral de Comércio (DG-Trade) da Comissão Europeia e deputados europeus foi encerrado em clima otimista. A vice-chefe da Unidade para a América Latina da DG-Trade, Lorella de La Cruz Iglesias, declarou que as avaliações em Bruxelas têm sido positivas, tanto que um acordo poderia ser alcançado em dois anos.

Os obstáculos, sobretudo agrícolas, existem, e podem desfiar os negociadores. Mas a União Europeia tem consciência da necessidade de resolver a questão do acesso ao mercado para a carne bovina sul-americana, além de outros itens sensíveis da pauta agrícola ao longo das rodadas de negociação. A Comissária de Comércio, Cecilia Malmström, tem reiterado que as cotas para a carne bovina não estão fora da negociação com o Mercosul, serão debatidas e inseridas em algum momento. Segundo ela, é irreal pensar que o Mercosul possa concluir qualquer negociação com a UE sem acesso ao mercado de carne europeu. "Para se chegar a um acordo com o Mercosul será necessário fazer "concessões de acesso a mercado a países parceiros com interesses de exportação", disse Malmström.

A Europa e o Mercosul são dois blocos complementares, ambos vendem matérias-primas de produção. Desde 2004 não se via um movimento tão significativo para impulsionar a retomada das negociações e aprofundar as relações comerciais entre ambos os blocos.

Brasil espera acesso à Quota 481

A agricultura brasileira espera uma resposta da União Europeia em relação ao acesso à Quota 481 para vender cortes *premium* de carne bovina à Europa. Em junho deste ano, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) validou o protocolo de acesso à Quota 481, elaborado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec) e Associação Nacional dos Confinadores (Assoccon), contemplando cortes de alto valor agregado. Além da Quota Hilton, cujos embarques chegaram a quase 100% este ano, a Quota 481 é outra importante fatia do mercado de carne in natura para exportar à Europa.

A Quota 481 prevê a exportação de carne bovina sem a cobrança de imposto sobre a importação. Entre as especi-

cações, podem ser exportadas carnes de animais abatidos antes dos 30 meses de idade e alimentados não somente a pasto. Nesta quota, a alimentação dos últimos 100 dias de vida pode ser em sistemas intensivos de produção com 62% de grãos concentrados fornecidos na dieta. No Brasil, a idade média de abate dos bovinos terminados em confinamento é de 27 meses e o percentual de grãos concentrados na ração é de 60%. Dessa forma, as exigências da UE não devem provocar grandes mudanças para os pecuaristas brasileiros.

Quota 481 - Também chamada de High Quality Beef (HQB, em inglês), a Quota 481 foi criada em 2009 como forma de compensação aos Estados Unidos, após a vitória do país no painel contencioso dos hormônios na Organização Mundial do Comércio (OMC) e foi aberta a outros

países. O Regulamento de Execução da União Europeia 481/2012, publicado em 08 de junho de 2012, faz mudanças na gestão do contingente de HQB, que passa a ser first come first serve (FCFS) em base trimestral. Esta mudança possibilitou acesso mais fácil a importadores interessados em HQB. Por conta disso, não existe uma quantidade estipulada de carne que cada região pode exportar e o volume global da quota é de 48,2 mil toneladas.

Estados Unidos, Austrália, Argentina, Canadá e Uruguai têm acesso à quota. No último ano, os uruguayos venderam 11.432 toneladas de carne para Europa na Quota 481, de acordo com dados do Instituto Nacional de Carnes do Uruguai (Inac). Em 2009, o Brasil já havia feito uma proposta à União Europeia para entrar na Quota, mas ela não foi aceita.

Reino Unido ainda não tem data para dar início à negociação de saída da União Europeia

O Reino Unido, que num referendo optou pela saída da União Europeia, ainda não parece ter planos muito claros sobre quando vai acionar o artigo 50 do Tratado de Lisboa, é uma condição *sine qua non* para que a Comissão Europeia negocie os termos da saída do bloco. Sabe-se, pelas indicações já dadas pela primeira-ministra do Reino Unido, Theresa May, que o processo deve ser iniciado em 2017.

O presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, num discurso afinado com o presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, deixa claro em seus

pronunciamentos, que o Reino Unido terá acesso ao mercado único europeu somente se aceitar a livre circulação de trabalhadores.

Além disso, a Comissão Europeia criou uma força-tarefa chamada "Artigo 50" para as negociações do Brexit. Uma equipe de peso, montada com cautela, começa a trabalhar em outubro. O ex-ministro francês, Michel Barnier, foi nomeado negociador chefe para as discussões com o Reino Unido. Barnier terá nível de diretor-geral e acesso direto ao presidente da Comissão.

Para a sua equipe, foram selecionados os melhores peritos da Comissão. Barnier terá ao seu lado Sabine Weyland como vice-chefe negociadora. Ela ocupava a cadeira de diretora-geral adjunta na Direção-Geral de Comércio (DG-Trade).

Essa força-tarefa será responsável pela elaboração e condução das negociações com o Reino Unido, além de levar em consideração questões estratégicas, operacionais, legais e financeiras relacionadas à negociação.

Comissão Europeia autoriza novos OGMs para alimentação humana e ração animal

A Comissão Europeia autorizou, em setembro, a importação e colocação no mercado de produtos voltados à alimentação humana e animal, que contenham ou sejam produzidos a partir de milho geneticamente modificado. Ao todo, onze transgênicos passaram por um processo

de autorização abrangente, que incluiu avaliação científica da Agência Europeia de Segurança Alimentar (EFSA).

Os OGMs aprovados haviam recebido um voto "sem opinião" dos Estados-Membros, por isso, a Comissão adotou

a decisão de por fim a essa pendência. As autorizações são válidas por 10 anos e os produtos que forem produzidos a partir de transgênicos deverão seguir as normas de rotulagem e de rastreabilidade da União Europeia.

Veja quais são os OGMs aprovados:

EVENTOS TRANSGÊNICOS
Bt11 x MIR162 x MIR604 x GA21
Bt11 x MIR162 x MIR604
Bt11 x MIR162 x GA21
Bt11 x MIR604 x GA21
MIR162 x MIR604 x GA21
Bt11 x MIR162
Bt11 x MIR604
Bt11 x GA21
MIR162 x MIR604
MIR162 x GA21
MIR604 x GA21

Fonte: Comissão Europeia

Também em setembro, a Agência Europeia de Segurança Alimentar (EFSA) aprovou o uso da soja transgênica 305.423 x 40-3-2. Num relatório do Painel sobre Organismos Geneticamente Modificados, a EFSA não identificou

qualquer risco de segurança ao avaliar duas cadeias de soja individuais, usadas para produzir a soja 305.423 x 40-3-2. A cadeia de soja recém-aprovada é tolerante a herbicidas. A autorização também é válida por 10 anos. Segundo

a EuropaBio, a União Europeia importa mais de 80% das proteínas vegetais. Anualmente, 34 milhões de toneladas de sementes de soja geneticamente modificadas são importadas de países terceiros, como o Brasil.

Quem tem mais influência no Parlamento Europeu

A VoteWatch Europe, organização não-governamental internacional, responsável por promover melhor entendimento sobre a política europeia, divulgou em setembro estudo mostrando quem são os deputados mais influentes dentro do Parlamento Europeu. Essa é uma forma de “prestação de contas” aos eleitores europeus, para que eles saibam como os políticos eleitos por eles trabalham, em quais áreas são mais ativos e qual o poder que os parlamentares têm.

Com o auxílio de especialistas em assuntos europeus, a VoteWatch promoveu uma pesquisa, respondida por 234 entrevistados, sendo que desse total, 42% interagem diretamente com parlamentares e outros 24% têm contato semanal com seus representantes. O critério de avaliação foi baseado em fatos concretos, atividades desenvolvidas e insights. Os entrevistados foram distribuídos por

setores: 42% trabalham em instituições europeias; 17% no setor privado; 13% no meio acadêmico; outros 13% em ONGs; e os 9% restantes em outros setores.

O Parlamento Europeu tem 751 deputados que são eleitos por voto direto para um mandato de cinco anos. Cada um dos 28 Estados-Membros decide como será a eleição. As cadeiras são distribuídas com base na população de cada Estado-Membro. Atualmente existem oito grupos políticos, que não têm relação com a nacionalidade, mas com a filiação política.

Segundo a VoteWatch Europe, o presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, é o parlamentar mais influente devido ao papel fundamental que exerce como o chefe da instituição. Em segundo e terceiro lugar estão os dois líderes dos principais grupos políticos, o alemão Manfred Weber, do Partido Popular Eu-

ropeu (EPP), e o italiano Gianni Pittella, líder do Grupo da Aliança Progressista Socialista e Democrata (S&D). Eles também são membros das maiores delegações nacionais dentro dos seus grupos.

O quarto parlamentar mais influente também é italiano e preside a Comissão do Meio Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar (ENVI, em inglês), Giovanni La Via (EPP) que tem apresentado um elevado número de projetos no Parlamento. O britânico, Timothy Kirkhope, do Grupo Europeu de Conservadores e Reformistas (ECR), e o polonês Ryszard Czarnecki (ECR), também se destacam pela quantidade de propostas importantes apresentadas, como o relatório de registos de identificação de passageiros e pela influência em relatórios sobre assuntos relacionados com orçamento, respectivamente.

Posição no ranking	Nome do deputado	Nacionalidade
1	Martin Schulz - presidente do Parlamento Europeu	Alemanha
2	Manfred Weber - líder EPP	Alemanha
3	Gianni Pittella - líder do S&D	Itália
4	Giovanni La Via (EPP) - presidente da Comissão do Meio Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar	Itália
5	Timothy Kirkhope (ECR)	Reino Unido
6	Ryszard Czarnecki (ECR)	Polônia
7	Bernard Lange (S&D) - presidente da Comissão de Comércio Internacional	Alemanha
8	Jerzy Buzek (EPP) - presidente da Comissão de Indústria, Investigação e Energia	Polônia
9	Jaroslav Walesa (EPP)	Polônia
10	Ingeborg Grassle (EPP)	Alemanha

Fonte: VoteWatch Europe

Alemanha e Itália parecem exercer o maior nível de influência no Parlamento Europeu, mais do que outros grandes países como a França, o Reino Unido ou a Espanha. Isto é explicado principalmente pelo fato de a Alemanha ter a maior delegação nacional no maior grupo político, EPP, enquanto a Itália no S&D. Isso se traduz em maior vantagem competitiva na

hora de assumir postos-chave e tornar-se um relator de um projeto. França, Reino Unido e Espanha perderam influências nas últimas eleições, em 2014. Já Polônia e Romênia ganharam mais influência nos últimos dois anos.

Segundo a VoteWatch Europe, curiosamente os resultados dessa pesquisa con-

trastam com outro estudo, que trata da influência dentro do Conselho da União Europeia. Lá, a França se destaca pela estratégia de coalizão, enquanto que no Parlamento não tem tanto poder assim. A Alemanha, ao contrário, tem mais capacidade de alavancar a vantagem no Parlamento do que no Conselho.

Estados Unidos apresentam queixa contra o Brasil na OMC

Depois de denunciar o governo Chinês na Organização Mundial do Comércio (OMC) por subsídios de bilhões de dólares concedidos por Pequim, os Estados Unidos voltaram a ampliar as queixas contra políticas agrícolas de parceiros comerciais. Agora a reclamação foi sobre as políticas brasileiras para as produções de milho, algodão e trigo. Os americanos solicitaram informações sobre o destino dos produtos beneficiados pelo Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) e pelo Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO), ambos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que informou estar em fase de ajuste dos programas para atualizar as informações. A missão do Brasil junto à OMC já respondeu sobre o questionamento americano e explicou como funciona o sistema de controle feito pela Conab.

União Europeia ganha disputa contra a Rússia na OMC

A OMC declarou ilegal a proibição da Rússia para a importação de carne suína europeia e produtos derivados. A justificativa do governo russo foi de que havia riscos sanitários e fitossanitários, devido a um número limitado de casos de Peste Suína Africana em zonas de fronteira com a Bielorrússia. Num painel realizado na OMC, especialistas decidiram que a medida não se baseia nas normas internacionais aplicáveis e ainda infringe os termos do Acordo da OMC relativos à Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS).

A decisão pode ser interpretada como um recado da OMC ao governo russo em

relação à obrigação de manter o respeito às normas internacionais. Dentre essas normas estão o princípio da regionalização, que permite a comercialização de produtos oriundos de determinadas áreas reconhecidas como livres de doenças ou pragas, ainda que o estatuto sanitário do restante do país não seja favorável, e a obrigatoriedade de uma avaliação de riscos baseada em dados científicos.

Em uma nota à imprensa, a União Europeia defendeu que tem um dos sistemas de sanidade animal e de segurança de alimentos mais eficientes do mundo, incluindo elevados níveis de normas e de

gestão de riscos. E que a decisão tomada pela OMC confirma a falta de relação entre as medidas adotadas pela Rússia contra a UE com medidas sanitárias ou riscos para a saúde.

A decisão da OMC não se estende ao embargo russo, em curso desde agosto de 2014, em que a UE foi proibida de exportar produtos agroalimentares. A proibição imposta pela Rússia ocorreu por divergências políticas. A Rússia tem 60 dias para recorrer da decisão. Caso isso não ocorra, o país deverá liberar a entrada de carne suína e derivados produzidos em países europeus. 🌿